

PLANEJAMENTO ENERGÉTICO BRASILEIRO E A CRISE DE SUPRIMENTO: O CASO DE MANAUS

***NELSON KUWAHARA
ELIZABETH FERREIRA CARTAXO**

***UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

1. RESUMO

Em 1997, no período de maio até agosto, ocorre um episódio inédito na história do setor elétrico brasileiro. As condições de deterioração do parque gerador, do Sistema Elétrico de Manaus, provocam freqüentes interrupções no fornecimento de energia para o consumidor manauara, o que incorreu em elevados índices de DEC/FEC, também é verificada a conivência dos diversos agentes ligados a este setor, de tal forma que não foi realizado nenhum plano de prevenção, visando a expansão na capacidade de geração, apesar dos instrumentos de planejamento energético indicarem o potencial risco. As interrupções no fornecimento provocaram elevado prejuízo econômico, e incalculáveis prejuízos sociais para a população. A situação permitiu a entrada de produtores independentes de forma não muito clara, presume-se a colaboração de alguns elementos da esfera política nesta questão. Observaram-se os diversos acontecimentos e conseqüências sócio-econômicas que impactaram sobre a sociedade, em função dos baixos níveis de qualidade de fornecimento, e falta de eletricidade por períodos prolongados, em um sistema elétrico de porte elevado. Verificam-se, também, as relações ou manipulações dos diversos agentes envolvidos com o setor elétrico diante da situação de déficit, e de mudanças no setor energético no país. Por meio de idéias neoliberais, o Governo FHC, adotou a política de privatização das estatais do setor elétrico brasileiro.

2. ABSTRACT

In 1997, in the period of May until August, an unknown episode in the history of the Brazilian electric sector occurs. The conditions of deterioration of the generating park, of the Electrical system of Manaus, became frequent interruptions in the supply of energy for the consumer manauara, what it incurred into high rate of DEC/FEC, also are verified the connivance of the diverse on agents to this sector, of such form that no plan of prevention was not carried through, aiming at the expansion in the generation capacity, despite the instruments of energy planning indicating the potential risk. The interruptions in the supply had provoked high economic damage, and incalculable social damages for the population. The situation allowed the entrance of independent producers of form not very clear, is presumed it contribution of some elements of the sphere politics in this question. The diverse events and partner-economic consequences that can impactar on the society, in function of the low levels of quality of supply, and lack of electricity for drawn out periods, in an electrical system of high transport are analyzed. They are verified, also, the relations or manipulations of the diverse involved agents with the electric sector ahead of the situation of deficit, and changes in the energy sector in the country. By means of neoliberal ideas, Government FHC, adopted the politics of privatization of the state ones of the Brazilian electric sector

3. RETROSPECTIVA DOS ACONTECIMENTOS NO SISTEMA ELÉTRICO EM MANAUS

3.1. A ESTRUTURA DO SISTEMA ELÉTRICO DE MANAUS

O suprimento de energia no sistema elétrico em Manaus, considerando as primeiras usinas modernas, ocorre no final 1971 com fornecimento de energia pela termelétrica de 31 MW, juntamente com três termelétricas de pequeno porte o que acrescentava 19 MW ao sistema. Em 1973, entra em operação a usina termelétrica de Mauá, com 40 MW. Em 1981 o Sistema Manaus tinha instalado 290,2 MW, em usinas térmicas divididas em: UTE Electron, com 121 MW; UTE Aparecida, com 32 MW e UTE Mauá, com 137,2 MW(ELETRONORTE, 1998).

O Sistema Manaus recebeu na década de 80 mais máquinas para geração de energia elétrica, as quais foram provenientes das centrais termelétricas desativadas do Sistema Belém, pois este sistema integrou-se ao Sistema Interligado Norte-Nordeste. As máquinas instaladas no Sistema Manaus foram : 2 máquinas de 26 MW, no ano de 1984; 2 máquinas de 26 MW, no ano de 1986 e 3 máquinas de 21,1 MW, no ano de 1988(ELETRONORTE, 1998).

Em 1997, foram instaladas duas turbinas a gás, 35 MW cada, na Usina de Aparecida. Entre o final do ano de 1997 e princípio de 1998, deveria entrar em operação de acordo com contrato de fornecimento de energia, duas unidades térmicas a gás, uma de 50 MW e outra de 120 MW, ambas pertencentes a EL PASO; também deveria estar disponível na mesma época uma central termelétrica à vapor de 50 MW, montada em balsa; pertencente a CMI. Dado ao fato deste PI's não entrarem em operação, no tempo programado, houve a necessidade de contratação de um novo PI, a WARTSILA, para entrar em operação no início de 1999, com capacidade de 120 MW (ELETRONORTE, 1998).

Na década de 70, diversos estudos são realizados para aproveitamento de potenciais hidráulicos da região amazônica, a usina de Balbina, distante 146 km em linha reta de Manaus, foi um dos analisados. A ELETRONORTE, em 1976, contrata o consórcio formado por Monasa e Enge-Rio, para projeto básico e executivo de Balbina. O Decreto nº 79.321, de 1/03/1977, outorga à ELETRONORTE a concessão do aproveitamento do rio Uatumã, para formação da UHE Balbina. Em 1977, foram executadas poucos serviços no projeto Balbina, no mês de maio foi firmado convênio com o BNH para obras de infra-estrutura urbana de Balbina.

Em setembro em consequência de limitações nos investimentos da ELETROBRÁS, a UHE Balbina foi excluída das negociações que vinham sendo realizadas com um grupo de banqueiros e industriais franceses para o financiamento e a compra de parte dos equipamentos necessários às hidrelétricas projetadas para a região amazônica. Ainda na fase de elaboração do projeto básico, a previsão de entrada em operação de Balbina foi alterada duas vezes.

A inauguração da usina cogitada em princípio para 1982, foi logo adiada para 1985, em virtude do atraso na construção da estrada de acesso ao canteiro de obra, porém apenas em 1989 a UHE Balbina (250 MW) entra em efetiva operação. Em 1978, essa data seria remarcada, agora para 1986, por conta de uma solicitação da ELETROBRÁS para que fosse alterado o projeto básico da usina.

A holding ELETROBRAS recomendou a mudança da quota de coroamento da barragem, reduzida para 50 metros, com base em levantamentos topográficos mais precisos. A quota de 53 metros, estabelecida originalmente, causaria a inundação de uma área bem mais extensa, habitada por populações indígenas, além de exigir maiores dispêndios na construção de diques e de alteamentos adicionais da BR-174 (ELETRONORTE, 1998).

Para o desenvolvimento dos estudos hidrológicos tornou-se necessário a geração de uma série sintética de vazões médias mensais com correlações de dados dos rios Uatumã e Jatapu com os rios da Guiana e Suriname. Logo, na Figura 1 é apresentada a distribuição das descargas médias mensais em Balbina.

Diversas simulações foram consideradas no projeto básico, quanto à operação da UHE de Balbina, na Figura 2 é apresentado a variação da potência disponível em função das quotas de água no reservatório, considerando o funcionamento das cinco turbinas.

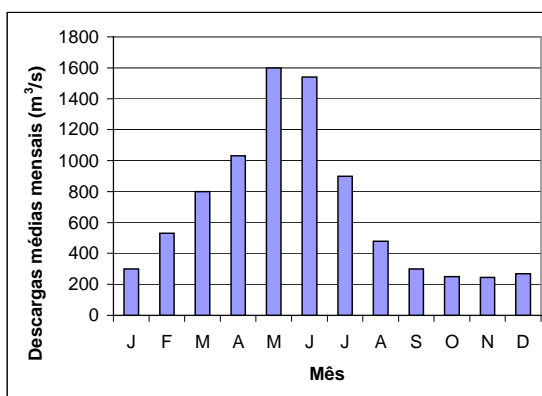


Figura 1 - Distribuição das descargas médias mensais no período de 1953 a 1977
Fonte : MME, 1979

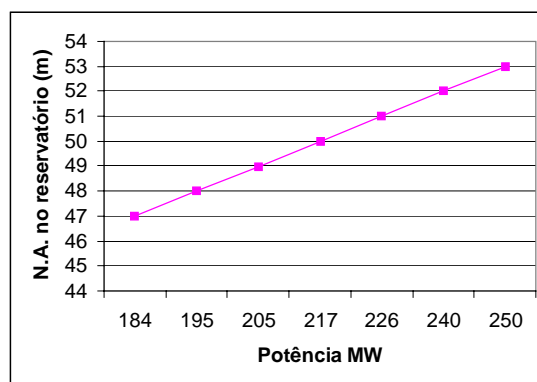


Figura 2 - Variação da potência da usina em função do nível d'água

Declarações do vice-presidente, José Jaime Almeida de Souza, do sindicato dos urbanitários do Amazonas, no dia 18 de julho de 1997 para o Jornal A crítica (1997a) a UHE estava operando, no mesmo período da entrevista, com nível da água no reservatório em 47,5 metros, o que corresponde algo em torno de 184 MW de potência, conforme se vê na Figura 2. Técnicos de operação da UHE informaram para o Jornal A crítica (1997b) que o nível máximo alcançado pelas águas no reservatório foi de 51,17 metros, ocorrido em 1996, e como a estrutura da usina não suporta tal pressão foi obrigada a verter água para que não ultrapasse o nível de 51 metros.

O sistema elétrico Manaus ainda é composto por Linhas de Transmissão/230 kV, 356 km; Linhas de Transmissão/69 kV, 95,8 km; Linha de sub-transmissão/34,5 kV, 12,8 km e rede de distribuição de 3209 km (ELETRONORTE, 1998).

3.2. O “BLACKOUT” DE MANAUS

No ano de 1997, o sistema elétrico de Manaus passa por extrema dificuldade com os intensos e confusos cortes de energia elétrica. Os consumidores de energia elétrica são prejudicados, pelo não cumprimento das programações anunciadas pela ELETRONORTE. Os impactos sobre a sociedade

manauara são os mais diversos. Ver Box's I e II, a cronologia dos acontecimentos no período dos cortes no fornecimento de eletricidade.

Box I – Cronologias dos acontecimentos no sistema elétrico de Manaus

1. No dia 04 de maio de 1997, a ELETRONORTE comunicou que havia necessidade de interrupções durante a semana (05 a 09 de maio de 1997) em média 2 horas/dia, para realizar manutenção na máquina 3 da UTE Mauazinho, 50 MW. De acordo com declarações de Ely Paixão, Superintendente regional da ELETRONORTE, o problema no equipamento era bastante grave, a máquina possuía mais de 20 anos de vida e não mais existia peças no mercado, sendo necessário encomendá-las junto a um fabricante nos EUA, com previsão de entrega em 2 meses (A crítica, 1997c).

2. Para amenizar o problema foi anunciada a programação de instalação de uma máquina de 20 MW na UTE Aparecida (A crítica, 1997d).

3. Em 10/05/1997, foi anunciada a prorrogação do racionamento por mais uma semana (A crítica, 1997e).

4. Em 17/05/1997 a ELETRONORTE coloca em operação uma máquina de 20 MW na UTE Aparecida. No entanto esta máquina apresenta problemas e é desligada (A crítica, 1997f).

5. Em 02/06/1997, entra em operação a máquina 3 de Mauazinho, disponibilizando apenas 45 MW. A ELETRONORTE anuncia que a máquina 4 da mesma usina deverá parar também para Manutenção, este equipamento possui 50 MW de capacidade, no entanto só consegue disponibilizar 35 MW (A crítica, 1997g).

6. Em função desta situação a ELETRONORTE encaminhou 52 cartas-consulta às empresas internacionais interessadas em gerar energia elétrica em Manaus, e recebe a sinalização de apenas 19 (A crítica, 1997h).

7. Em 24/06/1997, duas máquinas de 15 MW na UTE Electron pararam para manutenção, no entanto havia vários problemas nas mesmas, sendo necessário mais tempo do que o problema (A crítica, 1997i).

Box II – Cronologias dos acontecimentos no sistema elétrico de Manaus

8. A ELETRONORTE garante que o dia 15/07/1997 entraria em operação uma máquina de 15 MW na UTE Electron, porém isto não ocorreu e a ELETRONORTE

comunicou o funcionamento desta máquina apenas no dia 21/07/1997 (A crítica, 1997j).

9. Em 18/07/1997, a ELETRONORTE comunica que no dia 30/07/1997 deveria entrar em operação a máquina de 15 MW na UTE Electron, a máquina de 20 MW na UTE Aparecida que se encontrava em revisão e a de 16 MW na UTE Mauá. Também uma nova máquina de 35 MW na UTE Aparecida deveria entrar em operação (A crítica, 1997l).

10. No dia 3/08/1997, Ely Paixão declarou que o sistema de fornecimento estava regularizado (A crítica, 1997m).

11. Em 5/08/1997 a nova máquina, 30 MW, da UTE Aparecida parou e o “Black out” retornou a Manaus (A crítica, 1997n).

12. Em 07/08/1997 a ELETRONORTE declara estar com disponibilidade de potência superior ao da ponta do Sistema Manaus, isto é 478 MW disponível contra 450 MW da demanda de ponta. Também são realizados testes para colocar uma nova máquina, 30 MW, em operação na UTE Aparecida (A crítica, 1997o).

13. Em 19/08/1997, a ELETRONORTE anunciou mais um contrato de compra de energia elétrica, com o produtor independente El Paso Energy, empresa norte americana, a qual disponibilizaria 270 MW para o Sistema Manaus nos meses de novembro e dezembro. A primeira empresa contratada foi a CMI, também norte americana, na primeira quinzena de agosto de 1997, a qual forneceria 50 MW até o final de novembro (A crítica, 1997p).

Os índices de qualidade apresentados neste período foram bastante elevados. Os índices DEC e FEC foram regulamentados pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DENAEE, pela Portaria N° 046/1978, a qual estabeleceu sistemática de operação de qualidade do fornecimento de energia elétrica. A ANEEL iniciou a administração da qualidade do fornecimento de energia elétrica no ano 1997, assumindo as atividades de supervisão, análise, controle e documentação do processo.

O índice de Duração Equivalente por Consumidor – DEC exprime o espaço de tempo em que, em média, cada consumidor do conjunto considerado ficou privado de fornecimento de energia elétrica, no período de observação. O índice de Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor – FEC exprime o número de interrupções que, em média, cada consumidor do conjunto considerado sofreu, no período de observação.

De acordo com a classificação estabelecida pelo DENAEE, e que ainda é utilizado pela ANEEL, os sistemas com mais de 50.000 consumidores atendidos por distribuição aérea devem apresentar índices anuais de 30 e 45, respectivamente para DEC e FEC. O Sistema Manaus enquadrava-se nesta

categoria, pois em 1997 o número de consumidores era 272.556. Em 1997, quando ocorreram vários cortes no fornecimento de energia elétrica para o Sistema Manaus, os índices DEC/FEC foram os mais elevados do Brasil, conforme se verificam nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Índices DEC de algumas empresas de energia elétrica no Brasil

EMPRESA	1994	1995	1996	1997
CELPA	19,72	35,8	60,71	78,44
CELPE	23,15	18,64	17,34	18,39
CEMAR	48,32	44,73	41,32	44,03
CEMAT	69,63	107,48	90,6	59,24
CEMIG	13,5	14,35	14,87	12,89
CESP	10,62	9,86	9,6	8,91
COELCE	28,87	28,73	28,11	33,56
COPEL	22,24	18,14	16,56	15,4
COSERN	48,16	45,27	50,47	44,37
CPFL	9,68	8,79	8,62	8,63
ELETROACRE	174,07	83,5	102,9	89,49
ELETRONORTE	45,48	55,08	73,91	-
BOA VISTA	-	-	-	40,94
MANAUS	-	-	-	449,57
ELETROPAULO	16,43	16,31	17,07	17,7
ENERSUL	27,77	26,11	21,22	23,03
LIGHT	10,23	10,82	14,51	16,59

Fonte : ANEEL, 1997

Tabela 2 - Índices FEC de algumas empresas de energia elétrica no Brasil

EMPRESA	1994	1995	1996	1997
CELPA	26,32	47,3	52,95	59,07
CELPE	13,85	13,93	15,2	16,33
CEMAR	26,61	27,27	25,11	24,14
CEMAT	110,57	147,96	136,56	82,26
CEMIG	9,14	9,01	9,74	8,9
CESP	9,6	8,48	7,61	7,1
COELCE	26,85	27,07	31,22	34,09
COPEL	23,93	20	18,73	17,07
COSERN	30,75	32,27	41,51	25,7
CPFL	6,91	6,31	6,49	6,53
ELETROACRE	141,63	105,43	122,14	104,45
ELETRONORTE	40,82	58,73	62,29	-
BOA VISTA	-	-	-	68,95
MANAUS	-	-	-	196,73
ELETROPAULO	10,78	10,74	12,06	11,92
ENERSUL	12,94	13,32	14,03	18,14
LIGHT	9,85	8,97	10,24	14,69

Fonte : ANEEL, 1997

3.3. ESTUDOS DE PROJEÇÕES DO SISTEMA ELÉTRICO DE MANAUS

Estudos realizados pela ELETRONORTE (1987) indicou a necessidade de realização das seguintes obras para atendimento do sistema Manaus. UTE Balbina (50 MW para entrar em operação no ano 1990), UHE Cachoeira Porteira (700 MW – com primeira metade entrando em operação no ano 1995 e a segunda em 1996).

O estudo da ELETRONORTE (1987) quanto à projeção da demanda de ponta indicou uma potência de 493,7 MW para o ano de 1997. Não muito diferente da apresentada no período em questão, a qual foi de 461,5 MW de acordo com a ELETRONORTE (1999).

Grunvald (1991), ex-assessor do Presidente da ELETRONORTE, mencionou a necessidade imediata de construção da UHE Cachoeira Porteira, para que a mesma entrasse em operação no ano de 1997, segundo Grunvald este ano correspondia ao período em que o Sistema Elétrico de Manaus necessitaria de expansão.

No Plano Decenal de Expansão 1997/2006 da ELETROBRAS (1996) o programa de geração previa a instalação de 70 MW na UTE Aparecida em 1997, e elevação da UTE Electron para 110 MW e acréscimo de 50 MW na UTE Mauá em 1998.

O Ministério de Minas e Energia (1995), coordenou um trabalho de análise de alternativas energéticas para a região Amazônica, fundamentalmente para o atendimento das Capitais dos Estados da Amazônia, dentre uma das alternativas para o sistema Manaus, a Linha de Transmissão da Venezuela (proveniente da UHE Guri) foi uma das analisadas, no entanto o gás natural de Urucu foi a alternativa selecionada para atender Manaus, logo a Linha de Transmissão da Venezuela deve atender apenas Boa Vista, esta LT disponibilizará 200 MW de potência para esta cidade e regiões de influência. O gasoduto de Urucu para Manaus deverá disponibilizar um volume de 6 milhões de m³/dia, em contrato tipo “take-or-pay” (Kuwahara, 1999).

3.4. VERSÕES OFICIAIS E NÃO OFICIAIS PARA O “BLACKOUT”

De acordo com informes da ELETRONORTE (1999), a situação dos cortes no fornecimento de energia no sistema Manaus deu-se com “o fenômeno “El Nino”, que provocou o esvaziamento do lago de Balbina, em consequência de seca do rio Uatumã, e a parada total das máquinas da usina, a ELETRONORTE se viu obrigada a expandir o parque térmico de Mauá, através de produtores independentes (PIE), forçada também, por violento racionamento em Manaus, que veio se agravando desde o início de 1997, em consequência de falhas em unidades térmicas”.

Segundo informações obtidas por antigos dirigentes da ELETRONORTE, tem-se a seguinte versão não oficial dos cortes de energia no sistema Manaus : “Dado as características hidrológicas do lago da UHE Balbina, a sua otimização no sistema elétrico Manaus, ocorre com a sua operação para atendimento único da demanda de ponta do mercado de Manaus, pois não há água suficiente para atender a demanda de base. Um novo diretor do sistema assume o cargo e determinou a operação da UHE para suprimento da demanda de base, logo houve um rápido deplecionamento do reservatório, o que provocou a quase total parada de operação desta, com isto as unidades termelétricas não foram suficientes para atender a demanda total do mercado”.

3.5. IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

É notório a importância da eletricidade para a sociedade deste século, logo a sua falta incorre em grande problemas para a mesma, logo as atitudes e reações da sociedade são as mais diversas. O uso da eletricidade neste sistema é destinado no setor residencial em grande parcela para sistemas de condicionamento de ar, pois são elevadas as temperaturas nesta região e não há preocupação com arquitetura bioclimática.

Muitas das instituições e estabelecimentos de ensino, são obrigadas a suspenderem as aulas, em função dos constantes cortes no fornecimento, além da não programação nas interrupções, de energia elétrica pela ELETRONORTE, o que comprometeu o processo de desenvolvimento intelectual das pessoas. Este problema atingiu principalmente a classe mais desprivilegiada da sociedade, a qual é composta por pessoas que necessitam trabalhar durante o dia para sua sobrevivência e de suas famílias, e apenas no período noturno é que podiam estudar.

Com o apagar das luzes muitos assaltos e outros delitos ocorreram, trazendo medo e insegurança, isto caracterizou uma forma de castigo e punição indevidos para toda a sociedade manauense.

As pessoas foram forçadas na mudança de seu cotidiano, desde a perda no acompanhamento de sua programação na televisão, quanto a ter que enfrentar vários lances de escada dos prédios de grande altura, além do perigo de escorregões e colisões dos corredores e escadas.

Vários comerciantes tiveram prejuízos por não conseguirem vender suas mercadorias na escuridão, além de perderem produtos que necessitavam de energia para refrigeração e aquecimento de produtos perecíveis.

Os constantes ligamentos e desligamentos da rede provocaram a queima de vários equipamentos eletro-eletrônico, chegando-se ao extremo em alguns casos em incêndios e destruição completa de algumas casas da cidade.

Muitos profissionais liberais e empresas não conseguiram desenvolver suas atividades, por completa falta de organização da ELETRONORTE em cumprir os seus horários programados de interrupção. Assim, um dentista trabalhou no atendimento de seus pacientes com grandes dificuldades, pois no momento do corte de energia elétrica, o tratamento que estava realizando poderia comprometer a qualidade do tratamento e a saúde dos pacientes.

Vários consumidores reclamaram que suas contas de energia elétrica foram aumentadas sem qualquer motivo aparente.

Foram diversos os prejuízos para às empresas na Zona Franca de Manaus, cerca de 2,5 mil televisores deixaram de ser produzidos, entre outros equipamentos. Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, os prejuízos com os “Blackout”, até o dia 29/05/1999, já computavam US\$ 15 milhões (A crítica, 1997q).

Os prejuízos econômicos provocados por estes cortes dificilmente devem ser indenizados. Os danos sociais a população certamente, de tão grande, alcançam valores incalculáveis.

Durante os constantes cortes no Sistema Manaus, no período de maio a agosto de 1997, parcela da população agrediram funcionários da ELETRONORTE que se encontravam fardados. Os veículos não podiam circular com a identidade visual da empresa, pois era normal, em alguns casos, os mesmos serem apedrejado por populares.

Ocorreu uma ameaça de bomba no prédio da ELETRONORTE, no dia 11/07/1997 às 15:00 h, no prédio da rua 10 de julho no Centro, porém o alarme foi falso.

A Promotoria Pública do Estado do Amazonas ameaçou processar a concessionária, porém não houve registro do encaminhamento deste caso.

O então Governador do Estado do Amazonas, foi até Brasília para pressionar o Ministro de Minas e Energia e o Presidente da ELETRONORTE, José Antônio Muniz Lopes, para agilizar na solução do problema do Sistema Manaus.

Muniz transferiu a administração da empresa de Brasília para Manaus, e garantiu a sua permanência na cidade durante 2 meses. Também declarou para a imprensa que no dia 1º de agosto de 1997 acabaria os cortes no fornecimento de energia elétrica. A imprensa cria grande expectativa e publica uma contagem regressiva até o dia 1º de agosto. Chegou o dia 1º e os cortes não foram solucionados, logo as pessoas criticam e batizam este dia como um novo dia da mentira, no qual a ELETRONORTE é o autor. Em 07/08/1999, o fornecimento se regularizou.

Após este período dificilmente houveram discussões a respeito do assunto em questão, seja entre populares ou mesmo na imprensa.

A ANEEL, através da Resolução nº 070 de 17 de março de 1998 adverte a Manaus Energia S/A¹, pelos problemas ocorridos no Sistema Manaus no ano de 1997. Na mesma resolução foi exigido que os produtores independentes, El Paso e CMI, colocassem as sua UTE's a disposição do mercado, sob a pena de não atuar no mercado brasileiro.

4. SITUAÇÃO DE 1998 EM DIANTE

Após passado as dificuldades do Sistema Manaus é que os produtores independente, El Paso e CMI, foram instalados, isto é antes que estes fossem instalados, já se dispunha de uma capacidade da própria Manaus Energia, 508 MW, para suprir a demanda de ponta, 461 MW, o que dava uma pequena margem de segurança. Logo, as contratações destes produtores independentes ocorreram sem maiores avaliações pelos órgãos competentes.

A ANEEL editou a Resolução nº 070/1998, advertindo os PI's que ainda não disponibilizaram as potências firmadas em contrato, para suprir o mercado de energia elétrica de Manaus. A Manaus energia informou a ANEEL que este PI's foram multados em função do não cumprimento de contrato. Nesta mesma resolução a Manaus Energia foi advertida por não cumprir os requisitos de qualidade no fornecimento de energia e cumprir os horários programados de cortes de energia.

Ressalta-se que foram tentados contatos com a ANEEL, para obter o Processo N° 48500.0004414/98-10, constante na resolução mencionada anteriormente, o qual dispunha de informações referentes aos problemas ocorridos no sistema elétrico de Manaus em 1997, não houve resposta desta agência.

Em 17/08/1999, é editada a Resolução nº 254, da ANEEL, autorizando a transferência do controle acionário da WARTSILA RIO NEGRO ENERGIA para a EL PASO AMAZONAS ENERGIA.

Todas as situações discutidas anteriormente demonstraram uma determinada convivência dos diversos atores das instituições pública do Brasil.

O produtor independente, El Paso Amazonas Energia, anuncia que no dia 24/09/1999, sua potência disponível para o Sistema Manaus passa a ser 402 MW, os investimentos foram da ordem de US\$ 150 milhões (GAZETA MERCANTIL, 1999). No ano de 1999, Ely Paixão assume o cargo de Gerente Geral desta empresa.

Em função da perspectiva de privatização do Setor Elétrico Brasileiro, conforme planos do Governo Federal e a falta de recursos para investimento neste setor, poucos esforços foram tomados para a preservação deste sistema. Nota-se esta questão no Sistema Manaus em que o último empreendimento financiado no mesmo foi a UHE Balbina. Ressalta-se que era de conhecimento do Setor Elétrico, e de todos os agentes envolvidos neste setor, as condições que o Sistema Manaus passou no ano de 1997.

¹ A Resolução ANEEL Nº 17/1998 aprovou a reestruturação societária da ELETRONORTE, com a cisão parcial de seu patrimônio, para constituição das subsidiárias integrais MANAUS ENERGIA S.A. e BOA VISTA ENERGIA S.A., tal manobra tinha por função facilitar o processo de privatização destas concessionárias.

5. RENÚNCIA AOS INSTRUMENTOS TÉCNICOS DE PLANEJAMENTO E O ESTABELECIMENTO DA CRISE

O Decreto Nº 96.652/1988 instituiu o Plano Decenal de Expansão - PDE, que foi um instrumento elaborado anualmente pelas empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica no âmbito do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos – GCPS (órgão criado pela Portaria MME Nº 1.617/1982), coordenado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS. Todos os programas de dispêndios globais e outros documentos re-direcionadores da expansão do setor elétrico no curto prazo baseavam-se exatamente o que dispunha o PDE.

A Portaria MME Nº 226/1996 instituiu o Plano Decenal de Expansão - PDE 1996/2005 como planejamento indicativo do setor elétrico brasileiro, este PDE passa a apresentar uma característica diferenciada dos anteriores que eram baseados em planejamento determinativo. O planejamento indicativo apenas lista uma série de potenciais obras a serem realizadas e “deixa” por conta da iniciativa privada a seleção ou não de uma das obras elencadas.

Abstraindo-se os problemas econômicos ocorridos a nível global na década de 90, observou-se um grande contingenciamento de recursos no setor elétrico brasileiro nesta década, por conta de modelos neoliberais difundidos pelos governos Fernando Collor de Melo e FHC, especificamente com relação ao Programa Nacional de Desestatização – PND estabelecido pela Lei Nº 8.031/1990 e alterado pela Lei Nº 9.491/1997. A idéia estabelecida por tais leis culminou na edição da portaria anterior, bem como na Resolução PND Nº 01/1997, em que esta determinou a venda do Sistema ELETROBRAS. Não obstante os investidores privados não foram atraídos pelos potenciais investimentos no Brasil. Por consequência o Governo Federal ficou desguarnecido de meios para atender as necessidades de novos investimentos para expansão do setor elétrico.

6. CONCLUSÕES

O parque térmico da cidade já se encontrava bastante obsoleto, e com baixa capacidade, junto com a UHE Balbina estavam no limite do atendimento da demanda de ponta do mercado. Vale ressaltar que era de conhecimento dos agentes do setor elétrico que havia necessidade de expansão do Sistema Manaus, em face do vertiginoso crescimento do mercado, bem como dos equipamentos deteriorados com o tempo e uso, porém não houve mobilização para prevenir este problema, e sim apenas quando o mesmo ocorreu.

Os produtores independentes não entraram no mercado para atender ao déficit de energia elétrica de imediato, porém a sua contratação ocorreu no período crítico.

Não houve punições para os agentes envolvidos, assim saindo ilesos deste episódio. Infelizmente, a sociedade como um todo não mais abordou sobre o problema após passado os cortes no fornecimento de energia elétrica, e esta falta de pressão e esclarecimentos é caminho para que episódios semelhantes venham a ocorrer novamente. Um agravante no período de cortes no fornecimento foi programação da ELETRONORTE a qual não foi cumprida, deixando sempre os consumidores desprotegidos quanto ao uso da energia elétrica.

Indubitavelmente neste conturbado episódio do setor elétrico pôde-se verificar que a fonte do problema residiu na negligência aos instrumentos de

planejamento consolidados, ao longo da história do setor elétrico brasileiro, os quais sempre resultaram em soluções concretas e efetivas, e a partir do momento em que a decisão política suprimiu a técnica resultou-se no desequilíbrio funcional do segmento em questão.

7. BIBLIOGRAFIA

- ANEEL, Relatório Estatístico dos Índices de Continuidade DEC/FEC, 1997.
- ELETOBRAS, Plano Decenal de Expansão 1997/2006, 1996.
- ELETRONORTE 25 anos, Centro da memória da eletricidade no Brasil, Rio de Janeiro, 1998.
- ELETRONORTE, Projeção da demanda e perspectivas sócio-econômicas, Sistema Manaus, ciclo 98/99, 1999.
- Grunvald, V. Usina hidrelétrica de Porteira e sistema de transmissão do oeste do Pará. In : O desenvolvimento e a defesa da economia paraense, Seminário : FIEPA, Belém, 1991.
- MME, ELETRONORTE, Projeto Básico da UHE de Balbina, informe preliminar, maio, 1979.
- MME, Suprimento de energia elétrica na Amazônia Legal, relatório final da comissão designada pela portaria MME no 128/95, agosto, 1995.
- GAZETA MERCANTIL, encarte Amazonas, nº 246, p. A3, 21/09/1999.
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 19/07/1997a
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 10/07/1997b
- A crítica, encarte Cidades, p.A7, 04/05/1997c
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 09/05/1997d
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 10/05/1997e
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 18/05/1997f
- A crítica, encarte Cidades, p.A5, 04/06/1997g
- A crítica, encarte Cidades, p.A5, 20/06/1997h
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 25/06/1997i
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 12/07/1997j
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 18/07/1997l
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 03/08/1997m
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 05/08/1997n
- A crítica, encarte Cidades, p.A3, 07/08/1997o
- A crítica, encarte Cidades, p.A5, 20/08/1997p
- A crítica, página Economia, 29/05/1997q
- KUWAHARA, Nelson, Análise do Gás Natural Liquefeito como Alternativa Energética para os Pequenos e Médios Sistemas Isolados da Amazônia, Campinas: Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 1999, 135 p. Dissertação de Mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos.